

Marco legal para inovação pode fortalecer a competitividade da indústria



Ampliar os investimentos em pesquisa e desenvolvimento (**P&D**) é parte fundamental para o fortalecimento da ciência, tecnologia e inovação (CT&I) no Brasil e também para valorizar a interação entre indústria e academia. Estas foram algumas das conclusões tiradas da audiência pública da Frente Parlamentar de Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Inovação, da terça-feira (03), na Câmara dos Deputados, em Brasília (DF), que debateu a **revisão do marco legal** para o setor.

Um dos caminhos para se chegar ao cenário do encadeamento produtivo é o investimento em P&D na **iniciativa privada**, além do financiamento já destinado às universidades. A avaliação é de que, com a união destes dois polos de produção científica, o Brasil tem condições de competir no **mercado internacional**. O programa Inova Empresa foi apontado como importante nesse processo. Entretanto, é preciso ir além e implementar um arcabouço jurídico para dar segurança aos pesquisadores e investidores, com vistas ao desenvolvimento do País.

“O marco regulatório para a inovação é crítico para a política industrial brasileira. É uma questão de competitividade das nossas empresas”, apontou o secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Nelson Fujimoto.

Dentro desta proposta de código para a inovação, dois pontos foram destacados pelo secretário-executivo da Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras, Naldo Dantas: a subvenção de bens de capital e o regime diferenciado de compras para a pesquisa. O profissional avalia que estas medidas darão um sinal positivo para o fomento à inovação e à produção no Brasil.

“ A empresa *startup*, para montar seu primeiro núcleo de PD&I, precisa de apoio de subvenção, porque a universidade não está lá para fazer o escalonamento. E temos um monte de startups querendo beber da universidade, mas não consegue avançar no protótipo porque não tem infraestrutura. Outro ponto é o RDC. Esse texto pode fazer a diferença na constituição, de fato, da cadeia produtiva nacional baseada em tecnologia”, avaliou.

Na avaliação do vice-presidente de Pesquisa e Laboratórios de Referência da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rodrigo Guerino Stabeli, o financiamento puro e simples à atividade de pesquisa não se traduz em competitividade sem a criação mecanismos jurídicos para fomentar a prática no País. “Não adianta o Brasil ter políticas de financiamento para dentro do País, se ele não aumentar os mecanismos regulatórios que possam aumentar a competitividade da ciência no Brasil e flexibilizar as compras dos insumos para que isso aconteça”, afirmou.

Fonte: Agência Gestão CT&I